

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

As mulheres nas franquias

As mulheres já são seis em cada dez pessoas que atuam nas franquias espalhadas pelo país. É o que mostra o estudo da Associação Brasileira de Franchising (ABF). A participação delas no mercado é de 57% - o que representa um aumento de 11 pontos percentuais em comparação com 2015. As mulheres também passaram a ser maioria nos postos de trabalho nas operações franqueadas, subindo de 48% para 51% no mesmo período. "O crescimento da participação das mulheres em franquias reflete a importância da liderança feminina no cenário do empreendedorismo no Brasil. Apesar dessa expansão, é importante salientar que as mulheres ainda enfrentam desafios adicionais na hora de empreender.

O leilão de bens inservíveis

A Fenac realizará um leilão de materiais e equipamentos, considerados inservíveis para a empresa atualmente, nesta sexta-feira. Será a partir das 9 horas, na sede localizada na Rua Araxá, 505, Bairro Ideal, em Novo Hamburgo. Os bens contemplam: trator, betoneira e andaime, além de diferentes itens de sucata: tela para cercamento, eletroeletrônicos, alumínio e ferro. Pessoas físicas e jurídicas de qualquer natureza poderão participar.

Sinfac-RS no Paleta Atlântida

No próximo dia 25, o Sinfac-RS vai ao litoral participar do Paleta Atlântida 2025, o maior churrasco de beira de praia do mundo. É para destinar um espaço de confraternização e networking para associados e convidados da entidade. Dedicado à cultura do churrasco, o Paleta vai contar com mais de cinco mil assadores ao longo de 3 km de praia. Além dos assados, a programação contará com apresentações culturais em 3 palcos e competições esportivas.

Um repasse para Progresso

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Defesa Civil Nacional, autorizou, nesta segunda-feira, o repasse de R\$ 887.466,47 para ações de recuperação no município de Progresso, no Rio Grande do Sul.

Feira de empregos em dupla

Vai ter feirão de empregos em dose dupla nesta semana para o Fort Atacadista. As seleções serão realizadas nesta quinta-feira (16), das 8h às 15h, em duas unidades do Sine, em São Leopoldo (Rua Independência, 490) e em Estância Velha (Rua Portão, 200). O objetivo é preencher as 150 vagas ainda disponíveis para a loja de Novo Hamburgo, que será inaugurada neste semestre. Os interessados devem comparecer ao local, levando currículo e documento com foto.

A coragem para escolher

Em um mundo polarizado, conflituoso, repleto de desinformação e disputas sobre quem é o dono da verdade, o Fórum da Liberdade 2025 centra seu foco na busca do indivíduo por maneiras de romper esse círculo vicioso e realizar suas próprias escolhas. A importância da atitude de escolher é fundamental: só assim podemos ser livres. Para se posicionar neste mundo em que vivemos, porém, é preciso coragem. Por isso, "Coragem para Escolher" é o tema do Fórum da Liberdade, que ocorrerá em 3 e 4 de abril na Pucrs, em Porto Alegre.

O Caminho da Prosperidade

O documentário 'O Caminho da Prosperidade', que oferece uma visão aprofundada sobre as transformações econômicas do Brasil sob a liderança do economista Paulo Guedes, já está disponível ao público. Em 77 minutos o filme narra os desafios, estratégias e conceitos que nortearam as reformas estruturais realizadas entre 2019 e 2022. A obra, que proporciona ensinamentos importantes tanto para o setor público, quanto para o privado, pode ser acessada pela plataforma de streaming Soul TV ou pela página de conteúdo da Innova Comunicação.

Plano de Transição de Energia do RS terá cronograma revisto

Contrato estava suspenso por decisão liminar; Arayara diz que irá recorrer

/ ENERGIA

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

Depois que a Justiça gaúcha acatou o pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE), nesta segunda-feira, e derrubou a liminar que suspendia o contrato para a elaboração do Plano de Transição Energética e Justa, acordo firmado entre o governo, a empresa WayCarbon e o Centro Brasil no Clima (CBC), o cronograma, que previa a conclusão do plano para novembro deste ano, deverá ser revisto. A informação é da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema). "A partir da reversão da liminar, os trabalhos seguem de forma imediata e o cronograma será revisto", afirmou, em nota, a pasta.

O Instituto Arayara, que moveu a ação pública que suspendeu o contrato no dia 3 de janeiro, informou que irá recorrer da decisão. "Fomos pegos de surpresa e iremos recorrer. Entendemos que a decisão da primeira instância estava correta, pois atendia à necessidade do momento. Inclusive, estávamos tratando do assunto com o governo e com o Ministério Público em audiência conciliatória", explicou o advogado do Instituto, Luiz Renato Santa Ritta. Ele afirmou que o motivo para mover a ação foi o foco do plano em manter as atividades carboníferas do Estado e a falta de participação popular nas duas primeiras etapas do

contrato, que deveriam ser entregues neste início de ano.

"Acreditamos que a nossa liminar será mantida, até porque a justiça ordenou que a ação fosse para a Justiça Federal. Não faz sentido, pois é uma matéria do governo estadual. O que estamos pedindo é que se escute a sociedade antes que as etapas sejam entregues e que se pense além das atividades carboníferas. O plano está muito fechado, queremos opinar", reforçou.

Na ocasião da liminar em primeira instância, a juíza Patrícia Antunes Laydner, da Vara Regional do Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atendeu ao pedido, justificando que a suspensão deveria acontecer "até que seja instaurado, efetivamente, o comitê técnico que vem sendo transacionado entre as partes (Instituto Internacional Arayara e governo do Estado) ou que seja adotada consensualmente alguma outra providência".

Na Ação Civil Pública, o Arayara solicitou liminar para "compelir o Estado do Rio Grande do Sul a instaurar um comitê participativo para elaboração do plano de transição energética justa, com a participação do Estado, da Prefeitura de Candiota, ao menos duas entidades da sociedade civil que atuem na área de transição energética, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e do Ministério Público Estadual". O município de Candiota é citado,

pois concentra a maior reserva de carvão do País. Sobre o comitê, a Sema afirmou, por meio de sua assessoria, que "está avaliando o alcance da decisão judicial juntamente com a PGE", disse em nota.

Representante do setor de energia no Estado, a diretora de Operações do Sindienergia-RS, Alessandra Guarda, por outro lado, comemorou o retorno dos trabalhos do plano. "Uma das questões questionadas era que o plano não falava em extinção das atividades carboníferas neste primeiro momento. Mas não tem como extinguir uma matriz que ainda é acionada, isso gera insegurança energética", afirmou. Ela também destacou a necessidade de considerar a empregabilidade do setor. "Além de o plano ter que prever segurança energética, é preciso considerar os aspectos socioambientais, pois muitas famílias ainda dependem dessa atividade", ponderou.

Na decisão que derrubou a liminar nesta segunda-feira, a desembargadora do Tribunal de Justiça do RS afirmou que "o prosseguimento do contrato administrativo não é óbice à participação social ampla e efetiva na elaboração do Plano de Transição Energética Justa para o Rio Grande do Sul, podendo as partes interessadas contribuir com a formação da política de gestão ambiental que compete ao Poder Executivo". Além disso, ela afirmou que "o efeito da decisão foi justamente o de atrasar o andamento da política".

CHIP SOMODEVILLA/GETTY IMAGES/AFP/C



Justiça gaúcha acatou pedido da PGE e derrubou decisão que suspendia o contrato para a elaboração da política